

EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL E POPULAÇÃO DE RUA: NOTAS PARA UMA REFLEXÃO.

Viviane Souza Pereira*

“Não desejo a ninguém o que estou passando, pois na minha situação, você é menosprezado, rejeitado, pior, nem visto é. É como não estar aqui, como não ser, não existir, invisibilidade pública. O desaparecimento de um ser humano no meio de outros seres humanos seria uma espécie de cegueira psicossocial que o elimina do campo de visão da maioria da população. Aqueles que são condenados a morte, desqualificados, desumanizados. É degradante. O dia inteiro, a vida inteira, até a morte, na exclusão.”

M. C. Morador de rua de Juiz de Fora

RESUMO

Este artigo apresenta um extrato modificado da dissertação de Mestrado “População de rua em Juiz de Fora: uma reflexão a partir da questão social” defendida em 2007 no Programa Pós Graduação da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora. A discussão apresentada é fruto de uma pesquisa bibliográfica ancorada em autores que debatem essa temática ou aspectos relacionados a ela, tais como Castel (1998), Marx (1984), Silva (2006), Vieira (2004) e outros. O objetivo central deste estudo é identificar algumas expressões da questão social no Brasil contemporâneo de forma articulada a seus rebatimentos na realidade cotidiana daqueles que vivenciam as ruas. Desta forma, perseguindo o objeto proposto, discorreremos sobre a gênese da questão social e suas expressões no Brasil contemporâneo a fim de explicitarmos a configuração da população de rua.

Palavras-Chave: População de rua, questão social, pobreza urbana.

* Assistente Social e Mestre em Serviço Social; Doutoranda na ESS/UFRJ; Professora no curso de Serviço Social da Faculdade de Minas – Muriaé/MG.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta um extrato modificado da dissertação de Mestrado “População de rua em Juiz de Fora: uma reflexão a partir da questão social” defendida em 2007 no Programa Pós Graduação da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora. A discussão apresentada é fruto de uma pesquisa bibliográfica ancorada em autores que debatem essa temática ou aspectos relacionados à ela, tais como Castel (1998), Marx (1984), Silva (2006), Vieira (2004) e outros. Partindo de uma perspectiva que entende a emergência da população de rua como parte integrante das contradições próprias de uma sociedade assentada na exploração e na opressão, o objetivo central deste estudo é identificar algumas das expressões da questão social no Brasil contemporâneo de forma articulada a seus rebatimentos na realidade cotidiana de vida nas ruas. Entendemos que trata-se da condição de vida de sujeitos coletivos que expressa determinações e condições objetivas presentes numa dada formação social e num determinado contexto histórico. Desta forma, perseguindo o objeto proposto, discorreremos sobre a gênese da questão social e suas expressões no Brasil contemporâneo a fim de explicitarmos a configuração da população de rua.

Neste sentido, importa demarcar que seu surgimento é concebido como expressão de uma ampla processualidade social e histórica que determina as condições de sua existência. Partimos do pressuposto de que a existência de segmentos crescentes que se encontram privados do direito à propriedade da terra e do acesso ao trabalho, compõe uma dimensão estrutural do capitalismo. Não se trata, portanto, de um fenômeno conjuntural ou específico de alguns contextos espaciais; mas, sim, do efeito da histórica desigualdade capitalista.

Partimos da perspectiva de que as profundas modificações devidas à readequação do sistema capitalista resultaram no agravamento da situação dos moradores de rua, devido às transformações em curso na organização da produção, do consumo e no papel do Estado, em resposta à crise do capitalismo em âmbito mundial. Tais alterações incidem, fortemente, sobre o mundo urbano, o que leva ao acirramento dos conflitos sociais em torno da destinação dos recursos públicos e a intensificação da disputa pela propriedade do solo e em torno das oportunidades de trabalho.

Porém, o reconhecimento da importância das transformações urbanas para este estudo não é suficiente para apreender os condicionantes que explicam o fenômeno da população de rua. Conhecê-lo exige o resgate da história destes sujeitos e das profundas mudanças no mundo urbano e rural na direção da adequação da sociedade brasileira à fase do monopólio, as consequências sociais provocadas por estas alterações na estrutura das relações sociais e as características deste segmento social, em expansão, com perspectivas cada vez mais reduzidas de integração ou reintegração no mercado formal de trabalho.

Desde os anos de 1970, a pobreza urbana brasileira, vem sendo analisada intensamente. Entretanto a temática da população de rua associada à gênese da questão social e às formas de apropriação do território e do acesso ao trabalho tem sido pouco explorada. Variadas abordagens relativas à pobreza são constantes como a que busca explicá-la a partir da renda, estabelecendo linhas de pobreza, como é o caso de Rocha (2005); ou ainda a coletânea de artigos, organizada por Telles (2001), que trabalham a relação questão social e cidadania. Especificamente relacionadas ao tema de população de rua a bibliografia encontrada revela uma defasagem expressiva.

Tendo em vista a discussão da questão social, somos remetidos a pensar a dicotomização do viver nas ruas/morar e trabalhar. Dicotomização esta, que é fundada na divisão social e técnica do trabalho e nos exige, então, a necessidade teórico-metodológica de uma imbricação entre os momentos sociais da produção de necessidades e a reprodução da vida, materializada na interlocução entre a questão da vivência de rua, o território e o trabalho, para a construção de uma reflexão que possa ir além da unilateralidade que predomina na análise destas questões.

Buscamos ampliar as delimitações do debate predominante até o presente, passando pelo entendimento da dinâmica desta problemática para além dos limites da análise das relações sociais de produção, mas abordando também a esfera da apropriação e da reprodução, que consideramos essencial para compreendermos a questão da pobreza e da situação de rua. Entendemos que a problemática do acesso ao trabalho e ao território são componentes de um conjunto de precariedades manifestadas nas condições de existência da população de rua. Assim,

o processo das contradições sociais não pode ser apreendido apenas através da esfera da produção.

Este estudo buscou, então, pensar a questão da população de rua para além da ótica de análise predominante, que a limita à esfera da produção dissociada da reprodução. Consideramos que essa dissociação impede o acesso à compreensão da questão. Nossa busca foi, então, pela superação de análises que, em nosso entendimento, dissociam tais processos. Buscamos identificar elementos que contribuam para a compreensão do fenômeno na totalidade.

Percebemos que há uma superposição das precariedades no espaço e que todo o conjunto das condições de vida, tanto os aspectos diretamente ligados à esfera da produção (condições e relações de trabalho), como os ligados à esfera da reprodução da vida (condições de moradia e urbanidade) são engendrados e afetados pelo metabolismo social do capital e sua lógica fragmentadora.

A escassez de estudos sistemáticos sobre essa temática, no que se refere tanto à sua gênese e suas características específicas, quanto à relação direta que se supõe entre a exclusão do acesso à propriedade e do acesso ao mundo do trabalho e a situação de rua estimularam a proposta de realização deste estudo.

Partimos da idéia de que a população de rua é a mesma população que está precarizada no conjunto das condições sociais de existência, ou ainda, que as situações de exclusão são decorrentes da superposição de questões de diferentes naturezas. Isto é, a sociabilidade no âmbito do capital precariza profundamente as relações do ser social, tanto fora como dentro do trabalho. "Fora" do trabalho o indivíduo vive mal, não tem casa ou mora em condições subumanas, não tem acesso à educação, saúde, transporte, lazer, alimentação, saneamento básico de boa qualidade. E "dentro" do trabalho, o capitalismo contemporâneo, estreita e restringe cada vez mais o núcleo de trabalhadores estáveis e com garantias, enquanto se intensifica a massa flutuante de trabalhadores instáveis e daqueles que estão por muito tempo ou até mesmo definitivamente fora do mercado de trabalho.

Neste sentido, consideramos necessário evidenciar a relação entre a questão da população de rua com o conjunto das condições sociais de existência, explicitando que o tratamento isolado

destas questões não explica toda a processualidade social, seu movimento e conteúdo. As transformações ocorridas com a globalização, em suas diferentes dimensões e com a mundialização do capital têm produzido repercussões no contexto das demandas gerais da sociedade.

O aumento, em números absolutos e relativos, de pessoas em situação de rua é uma das conseqüências objetivas destas transformações e por isso, não pode ser compreendido isoladamente uma vez que um morador de rua é concomitantemente precarizado nos âmbitos da saúde, da alimentação, do trabalho, da qualidade ambiental, do lazer, dos meios de transporte, e não somente no que se refere à moradia.

SOBRE A GÊNESE DA QUESTÃO SOCIAL

A questão social expressa a contradição fundamental do modo capitalista de produção: a contradição fundada na produção e na apropriação da riqueza gerada socialmente. Os trabalhadores produzem a riqueza, os capitalistas se apropriam dela.

O estudo sobre a gênese da questão social remete à questão da acumulação primitiva do capital. Para Marx, a chamada acumulação primitiva de capital é a fase de constituição das bases do modo capitalista de produção. É o período da história onde ocorre a separação do produtor direto dos meios de produção, o processo denominado como a pré-história do capitalismo. Assinala Marx:

A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. A estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou os elementos daquela (MARX, 1984, p.262).

Os principais sujeitos do processo de produção capitalista emergem a partir da acumulação primitiva de capital. De um lado o chamado capitalista, proprietário do dinheiro, dos

meios de produção e dos meios de subsistência. Do outro lado, o trabalhador que dispõe apenas de sua força de trabalho e que para sobreviver tem de vendê-la. O processo de separação entre essas duas classes encontra-se na gênese do modo capitalista de produção. Assim, a acumulação primitiva de capital é também a história da constituição destas duas classes sociais, o capitalista e o proletariado, que surgiu das fileiras dos camponeses expropriados, que constituirão a base social e econômica do modo capitalista de produção.

Desta forma, é somente após o processo de acumulação primitiva, em que o dono do dinheiro e dos meios de produção passa a comprar a mercadoria força de trabalho, que o modo capitalista de produção pode reproduzir-se como modo de produção dominante. Os meios de produção, incluindo as terras e a força de trabalho, são convertidos em mercadorias controlados pelo capital. Essa dinâmica criada pela acumulação primitiva permite ao modo de produção capitalista reproduzir-se garantindo a continuidade e a regularidade da produção de mercadorias e assim, da acumulação do capital.

A superação das relações sociais estabelecidas no feudalismo, durante o processo de acumulação primitiva garantiu o domínio da produção agrícola voltada para o mercado. Assim, também os trabalhadores obrigaram-se a adquirir bens de subsistência no mercado capitalista.

Importa destacar que somente a expropriação dos trabalhadores dos meios de produção e de subsistência é que pode levá-los a vender sua força de trabalho, ou seja, transformarem seu trabalho em mercadoria comprada pelo dinheiro. Com o dinheiro da venda de sua força de trabalho, ele comprará, no mercado, os meios para sua sobrevivência e de sua família. A formação de um mercado de trabalho regular é condição indispensável para a existência do modo capitalista de produção.

A acumulação primitiva de capital assumirá formas diferentes em cada país ou região. Marx (1984) analisa a Inglaterra. O processo que levou a expropriação da base fundiária dos camponeses, os cercamentos das terras comuns, o roubo das terras da Igreja, seguido do processo de surgimento de uma legislação que coibia a vadiagem e mendicância e rebaixava os salários, foi uma das dimensões fundamentais do processo de acumulação primitiva de capital na Inglaterra.

Ao retratar a formação do mercado de trabalho na Inglaterra, Marx, aponta que o processo iniciou-se com a vasta expropriação de terras dos camponeses, ocorrida entre os séculos XV e XVI, sob várias formas (cercamentos de terras, dissolução das terras comuns, roubo das terras da Igreja, fim da servidão), esse é o processo histórico que dissocia o camponês (o produtor direto) de seus meios de subsistência e meios de trabalho. Mas, esse processo, por si só, não garantiu a formação de um mercado de trabalho regular para a indústria nascente, com a oferta permanente e abundante de mão de obra, necessária ao modo capitalista de produção. É a partir de um Estado, capaz de representar os interesses da acumulação capitalista que será garantida a disciplina para o trabalho regular através da coerção, violência física e moral sobre os pobres e camponeses expropriados, disponibilizando ao capital, a mão de obra necessária, com salários rebaixados.

Conforme Marx, os camponeses expropriados não podiam ser absorvidos pela manufatura na mesma velocidade e rapidez com que se tornavam disponíveis. Este fato provocou uma grave crise social, visível no aumento do número de mendigos, ladrões e vagabundos. As chamadas leis sanguinárias do século XVI coibiram de forma violenta a mendicância e a vadiagem, obrigando aqueles que não tinham trabalho à procurá-lo, obrigando o antigo camponês a se sujeitar ao trabalho na manufatura, ou em outro lugar qualquer. Todo esse processo teve à frente o Estado, que além de garantir a oferta de força de trabalho regular, via coerção e opressão violenta e moral, ainda “regulou” os salários de forma a beneficiar a acumulação de capital. (1984, p.275).

Marx destaca que:

Assim, o povo do campo, tendo sua base fundiária expropriada à força e dela sendo expulso e transformados em vagabundos, foi enquadrado por leis grotescas e terroristas numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura. (MARX, 1984, p.277).

Os trabalhadores, submetidos a esta nova ordem, acabavam vendendo sua força de trabalho em troca da subsistência, com péssimas condições de trabalho, em jornadas extremamente longas, trabalhando até o limite das forças e, não raro, tidos por negligentes e insubordinados. Dessa forma, a miséria e a fome não tardaram a aparecer, assim como doenças,

devido às péssimas condições de higiene, escassez do fornecimento de água e pelo fato de não terem como se protegerem do frio. Tal quadro levou à morte inúmeros trabalhadores pobres. A realidade da classe trabalhadora não se restringiu à população urbana. Entretanto, a cidade se expandia e com ela contraditoriamente, o empobrecimento dos trabalhadores e o avanço da burguesia, que se mantinha indiferente à situação de crescente miséria. Engels (1985) ao descrever a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, especificamente em Manchester onde observou durante vinte meses, pontua que as condições eram as piores possíveis:

Para resumir o resultado das nossas perambulações através dessas localidades, diremos que a quase totalidade dos 350 mil operários de Manchester e dos seus arredores habita em casas de mau estado, úmidas e sujas; que as ruas por onde têm de passar estão na maior parte das vezes num estado deplorável e extremamente sujas e que foram construídas sem o menor cuidado de ventilação, com a única preocupação do maior lucro possível para o construtor. Nas habitações operárias de Manchester não há limpeza, nem conforto, e portanto não há vida familiar possível; só uma raça desumanizada, degradada, rebaixada a um nível bestial, tanto do ponto de vista intelectual como moral, fisicamente mórbida, poderia sentir-se à vontade e sentir-se em casa. (Engels, 1985, p.77).

Uma parte do operariado se adaptava à ordem burguesa. Porém, muitos outros, desiludidos e desmoralizados pela extrema exploração e o constante empobrecimento, caíam no alcoolismo, demência, suicídio e as mulheres, na prostituição. No entanto, parte desse contingente de miseráveis via a saída na rebelião, na revolta, revolução. Fizeram greves, revoltas armadas ou não, rebeliões e – muito importante – formaram os sindicatos - as trade unions, visando a sua segurança, melhoria das condições de trabalho e o fortalecimento da luta operária. Indispensável ressaltar que, quando tomam consciência do seu papel na sociedade, reconhecessem-se como agentes sociais e transformadores.

As relações conflituosas que se estabeleceram entre o capital e o trabalho, desde o início do modo de produção capitalista, configuram a questão social, que, a partir do século dezenove, tem sido colocada em debate.

EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Historicamente, o processo de modernização do Brasil caracterizou-se pela não incorporação de numerosos segmentos da população aos setores modernos da economia, da sociedade e do sistema político. As principais explicações para a vigência de longos períodos de pobreza são de ordem econômica, mas em forte associação com instituições políticas e culturais.

Assim, a pobreza ultrapassa a privação material e se seus termos foram definidos ainda no Brasil escravagista, configurando os dilemas de uma época obcecada pela construção da nacionalidade num país de escravos, suas expressões foram redefinidas e reelaboradas no terreno conflituoso da vida urbana.

Até os anos 1930, a economia brasileira baseava-se em dois tipos preponderantes de atividades agrícolas – as *plantations*, sobretudo de café, para o mercado internacional, e a agropecuária de baixa produtividade para o mercado interno. Nos dois casos, a terra era propriedade de uma pequena elite descendente dos antigos colonizadores portugueses, que as tinham adquirido através de concessões políticas. A mão-de-obra provinha dos escravos, até ao final do século XIX, ou seus descendentes, trabalhando como meeiros ou arrendatários após a abolição da escravatura. Este quadro simplificado se tornaria mais complexo com o passar do tempo. Até então, um parque industrial ainda incipiente não permitira a concentração do proletariado, mas a questão social já se fazia perceber. As condições de trabalho eram precárias e o estado de tensão era permanente por falta de uma legislação trabalhista.

Em meados desta mesma década, o país passou por uma intensificação do processo de industrialização e um impulso significativo rumo ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural (Pereira, 1999). Essas mudanças no contexto sócio-político e econômico brasileiro iniciaram com a Revolução de 1930, que pode ser considerada como um marco divisório entre a vigência do sistema agrário-comercial, amplamente vinculado ao capitalismo internacional, e o sistema urbano-industrial, voltado para o mercado interno, que emergia paulatinamente, encontrando bases cada vez mais sólidas de expansão.

O Brasil entrou num período de maior desenvolvimento econômico e simultaneamente registrou-se um incremento da taxa de crescimento da população e de urbanização. A concentração da população nas áreas urbanas trouxe consigo problemas de assistência, educação, habitação, saneamento básico, de infra-estrutura e outros. Na medida em que consolidava-se a industrialização, crescia a concentração da renda, ampliando-se as desigualdades sociais, aumentando as tensões nas relações de trabalho e agravando-se a questão social. É importante ressaltar que o governo populista que assumiu o poder logo após a Revolução de 1930, reconheceu a existência da questão social, que passou a ser uma questão política, a ser enfrentada pelo Estado.

Mais de setenta anos depois, o Brasil é um grande país com a grande maioria de seus habitantes vivendo nos centros urbanos. A economia, em termos *per-capita*, situa-se entre as mais desenvolvidas. Porém, os níveis de pobreza e desigualdade são muito maiores, estando entre os piores do mundo. Em sua maioria, a pobreza é urbana, localizada na periferia das grandes cidades.

Gorender destaca que, como no passado, estes altos níveis de pobreza são causados por uma combinação de heranças, condições e escolhas de natureza econômica, política e cultural. É inócuo supor que a pobreza e a desigualdade poderiam ser eliminadas pela simples “vontade política”, ou pela redistribuição de recursos dos ricos para os pobres. (1990, p. 23).

Ao examinar uma sociedade como a brasileira, caracterizada por um desenvolvimento desigual, torna-se particularmente importante reconhecer que alguns grupos se beneficiaram mais, enquanto outros permaneceram à margem do processo.

Em geral, conforme Gorender, o desenvolvimento desigual é observado em sociedades que iniciam o processo de crescimento e mudança estrutural com desigualdades consideráveis na distribuição de renda, riqueza e oportunidades, que não são significativamente atenuadas pelo desenvolvimento. Em tais sociedades, um pequeno segmento da população tem acesso a uma parcela substancial da crescente produção de bens e serviços, e uma proporção muito grande é forçada a sobreviver com o restante. Essa situação torna-se mais complexa quando o crescimento da economia resulta em acelerada urbanização. (1988, p. 63).

A cidade além de mercado de capitais, através das mercadorias e do dinheiro, é também o mercado de trabalho concentrador da mão-de-obra exigida pela produção capitalista e do “exército de reserva” que cumpre o papel de pesar sobre os salários e dispor de uma rotatividade de trabalhadores. Lefebvre (2001) pontua que a partir da posse da agricultura pelo regime capitalista, a demanda de trabalho no campo diminui na medida em que aumentou a acumulação do capital, fazendo com que a população do campo, em grande parte, seja convertida em população urbana.

No Brasil, de acordo com Gorender, a industrialização e a modernização ocorreram, de forma concentrada no Centro—Sul do país, especialmente na região cujo núcleo se situa na cidade de São Paulo. Com a aceleração do crescimento econômico após a Segunda Guerra Mundial, os centros industriais em expansão passaram a demandar contingentes de mão-de-obra que excediam seu crescimento demográfico natural, atraindo, assim, fluxos crescentes de migrantes em busca de vida melhor. No início, os migrantes vinham do Nordeste, mais recentemente a *modernização conservadora* da agricultura do Centro—Sul — modernização sem prévia reforma agrária — passou a originar o fluxo majoritário de migrantes para as cidades. (1988, p. 65).

Durante décadas, migrantes chegaram em número muito superior à capacidade das cidades de gerar empregos. Conforme ressalta Martine (1994), o evento demográfico mais significativo, fundamentalmente nos anos 70 e 80, não foi a alta taxa de crescimento populacional de grande parte do período, mas, sim, a acentuada redistribuição espacial da população. Essa redistribuição combinou dois processos simultâneos: a migração de capitais em direção à fronteira agrícola e uma avassaladora migração rural-urbana.

Na atualidade a grande indústria provoca uma verdadeira revolução na agricultura e nas relações sociais. Age ao mesmo tempo no crescimento da superfície cultivada e na diminuição da população rural; provoca o despovoamento do campo, fazendo desaparecer o camponês e

substituindo-o pelo assalariado. “O modo de produção capitalista substitui a exploração rotineira da terra pela aplicação tecnológica da ciência “. (Lefebvre, 2001, p. 145).

Lefebvre assinala que essa população excedente do campo liberada pelos progressos técnicos e investimentos do capital na produção agrícola passa, nas cidades, a ser dependente das necessidades da indústria que por sua vez é detida pelos capitalistas e gerida segundo suas exigências. Questionamos, nestes termos, se, com a atual reestruturação produtiva, grande parte desse contingente populacional não tenha se tornado supérfluo ao capital.

GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO: MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO

Desde aproximadamente 1990, o Brasil vive sob o signo do ideário globalizante, num contexto onde é “produzida” uma cultura que afirma o mercado como regulador das relações sociais, diluindo a esfera pública, que representa o espaço de garantia de direitos sociais. Para referir-se a este fato, Ianni (1996), criou a expressão “fábrica global”. Para ele a “fábrica global” articula capital, tecnologia, força e divisão de trabalho, instala-se em fronteiras e, utilizando-se dos mais diversos meios, dissolve fronteiras, agiliza os mercados e generaliza o consumo. Ela é capaz de promover a desterritorialização e territorialização das coisas e idéias, o redimensionamento de espaços e tempos.

Alia-se à globalização, o seu aparato político-ideológico: o neoliberalismo, que de acordo com o que sustenta Corrêa (2000, p.42) é uma “superestrutura ideológica e política que acompanha uma transformação histórica do capitalismo”. Politicamente representam um conjunto de receitas econômicas e programas políticos de efeitos ampliados devido ao monopólio científico e tecnológico que possibilitam uma grande expansão capitalista.

Vários são os impactos da política neoliberal no país, dentre eles o desemprego e a redução de gastos e investimentos governamentais na área social. As políticas sociais cada vez mais se apresentam focalizadas e fragmentadas, aprofundando imensamente o quadro de desigualdade entre as classes. As diversas formas de organização social são enfraquecidas pelo

grande apelo ao individualismo e à competitividade exacerbada. Em se tratando do objeto de nosso estudo a situação se complexifica ainda mais, uma vez que se trata de uma população que agrega historicamente revela as maiores consequências da pobreza.

A pobreza ampliada pelo conjunto de medidas implementadas pelo modelo econômico de inspiração neoliberal, agudiza as precárias condições de vida de um imenso contingente populacional. São intensificados por esta opção, os altos índices de desemprego, a injusta distribuição de renda, a destituição de direitos sociais, a precarização das relações de trabalho, o enfraquecimento dos movimentos sociais e sindicatos além de outros fatores que acabam por agravar a situação de miserabilidade e empobrecimento de grandes parcelas da população. Segundo Iamamoto (1998) atualmente segmentos cada vez maiores da população tornam-se sobrantes e desnecessários.

NOTAS SOBRE A CONFIGURAÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA: DO MUNDO ANTIGO À CONTEMPORANEIDADE

A situação de rua sempre esteve presente nas cidades, do mundo antigo à contemporaneidade, provocada pela combinação de diversos acontecimentos econômicos, políticos, sociais. A existência da população de rua possui ligação estreita com os processos de urbanização, de crescimento das cidades e concomitantemente, com o desenvolvimento do capitalismo. Tal condição de existência guarda marcas de profundas desigualdades.

Tomando como referência apenas o exemplo europeu a partir da Idade Média, verifica-se que, para cada período, houve uma leitura do movimento itinerante, de acordo com a organização social e política em vigor, e foram criadas visões diferentes a respeito dos sujeitos que vivenciavam tal condição. Nesse sentido foram atribuídas diferentes classificações aos habitantes das ruas, dentre elas: vagabundos, mendigos, migrantes, incapacitados, sem domicílio fixo.

Cada categoria de classificação possuía uma forma diferenciada de circular e de estar nas ruas. Com o passar dos séculos, esses perfis diversos foram se somando nos espaços das cidades, constituindo um conjunto dinâmico a cada experiência urbana. Entretanto, os moradores de rua,

em qualquer época, sempre constituíram um segmento à parte, à margem das ordenações sociais e urbanísticas. Os moradores de rua sempre foram considerados ou perigosos ou merecedores de caridade.

Geremek (1995) observa a respeito dos moradores de rua do fim da Idade Média que a existência deste segmento era justificada para a ordem social quando se traduzia em um caráter migratório dentro da estrutura e da rede que a controlava. Assim, era aceitável como uma condição passageira e não como um modo de vida. Dessa forma, a vida na rua era, e é ainda, justificada dentro da moralidade da busca de trabalho, mais amplamente legitimada. Mesmo assim, o imaginário em torno dos moradores de rua os marcou como perigosos e mais contemporaneamente, como fracassados.

Consideramos que a vida nas ruas das cidades é, antes de tudo, fruto da expropriação de camponeses e da escassez de empregos devido a mudanças econômicas profundas. As crises monetárias (provocando a mobilidade por sobrevivência econômica e trabalho); os deslocamentos conseqüentes dos efeitos de grandes desgraças sociais, como guerras e epidemias, catástrofes naturais, mudanças políticas, constituem fatores conjugados que podem explicar a situação rua, mas os deslocamentos tinham e têm um motor inicial, na maioria das vezes.

O habitar as ruas, foi sendo reconfigurado, e teve seu estatuto sociopolítico modificado. A dimensão histórica destas classificações não será aqui desenvolvida minuciosamente, apenas consideramos alguns elementos como fonte de reflexão essencial para compreensão deste processo na atualidade, pois os traços básicos desses perfis são encontrados nos diversos tipos que habitam as cidades na contemporaneidade.

De acordo com Rodrigues, é interessante iniciar a reflexão pelo mendigo, o vagante, categoria que se destaca nas ruas das cidades da Idade Média, cujas fronteiras com o campo eram bastante tênues, com uma intensa circulação de pessoas, animais, carroças; uma cidade feita para pedestres, e na qual ricos e pobres necessariamente se esbarravam. Os pobres e miseráveis eram, em geral, camponeses desafortunados não vinculados a senhores feudais ou a corporações que monopolizavam os serviços nas aldeias, ou então doentes incapacitados para o trabalho. (1999, p. 24).

A mendicância e a peregrinação, segundo assinala Geremek (1995), eram os recursos dessa população que incluía também delinquentes, criminosos e desocupados, que usavam estratégias artificiais para forjar o caráter de indigência. Assim, nesse universo, particularmente na Idade Média, os mendigos passaram a ser diferenciados entre o mendigo verdadeiro, honesto, bom, como os aleijados, os doentes, os loucos, os velhos, as viúvas e os órfãos; e os mendigos falsos, pecadores, vagabundos, que eram os camponeses e artesãos empobrecidos, assalariados sem emprego. Assim, os mendigos, os “incapazes” e os “vagabundos” passaram a ser a imagem eternizada do fenômeno da vida nas ruas. A piedade e a caridade em torno desta população eram favorecidas por um primeiro incentivo da Igreja ao atribuir uma visão positiva à pobreza que os caracterizava, estimulando a caridade.

Entretanto, descreve Magni (1994), ao final da Idade Média, após crises econômicas e sociais que agravaram a miséria e o medo desta, a própria Igreja passou a condenar os moradores de rua. Da caridade ao ato disciplinador, as entidades assistenciais religiosas passaram efetivamente a fazer parte desse universo.

Nos séculos seguintes, prossegue Magni, as medidas repressivas foram se tornando mais duras para essa população. Entre o século XVI e o final do século XIX, houve uma seqüência de reviravoltas econômicas e políticas, incêndios, epidemias, gerando levas de pauperizados. As cidades cresciam, sem melhorar, no entanto, sua infra-estrutura a fim de acomodar o fluxo de pessoas que a ela chegavam. As leis de repressão à denominada “vadiagem” foram se sucedendo, incapazes, porém, de eliminar esse processo. Mesmo assim, as cidades foram gradualmente se modificando, separando corpos, funções, aumentando seus limites com o campo e se distanciando das atividades relacionadas a este; e, por fim, determinando lugares mais restritos de circulação da população que vivia nas ruas.

Magni (1994) destaca que com a racionalidade urbana concretizada particularmente no século XVIII, cuja organização era pautada pelas noções de progresso e de uma funcionalidade espacial e, portanto, por uma distribuição mais equilibrada e complementar dos espaços urbanos, somada à intensificação da exploração da força de trabalho emergiu uma outra leitura da indigência. A vida nas ruas passou de crime moral a ser considerada crime econômico,

reforçando a projeção dos desempregados e miseráveis como poluidores e perigosos, criminosos.

Entre o século XIX e as primeiras décadas do século seguinte, com o início da Revolução Industrial, surgiu a necessidade de uma força migratória que circulasse pelas cidades e além delas, circunscrevendo territórios nacionais, provocando o crescimento, na Europa, nos Estados Unidos e também no Brasil, do trabalhador migrante. O grande fluxo de migrantes gerou conseqüentemente um aumento do pauperismo nos centros urbanos, o que redundou, por sua vez, no recrudescimento dos instrumentos de repressão. Nesse período também surgiram as formas arquitetônicas que ampliaram as circulações de pessoas no espaço urbano, ao mesmo tempo em que permitiam o controle da movimentação urbana com maior afinco, mantendo a classe trabalhadora em domínios geograficamente restritos. Tais fatores não conseguiram conter, no entanto, os fluxos da circulação que constituía uma parte do universo do migrante.

Paralelamente à repressão, expandiu-se a filantropia voltada a essa população. No período da Revolução Industrial, a estrutura da assistência social foi remodelada e o passou do caritativo ao educativo e orientador. As entidades de caridade eram as responsáveis pela garantia de alojamentos, por exemplo. Magni atenta que até esse momento, particularmente na Europa, as poucas medidas para acondicionar a população que chegava às cidades eram, na maioria das vezes, o remanejamento de vagas em hospitais. A partir do final do século XIX, nos vários contextos de intensificação do trabalho operário, tornou-se necessária a criação de alojamentos (*Lodgings houses*) próximos aos locais de trabalho. As vilas operárias surgiram no início do século XX, nas cidades grandes, em meio ao saneamento urbano que provocava um afastamento das “classes perigosas”. (1994, p. 53).

Entretanto, com as providências estatutárias tomadas por várias nações, como França e Inglaterra, após as devastações sociais e econômicas promovidas pela guerra, os governos e autoridades locais de cada cidade iniciaram seu trabalho na área. Ainda assim, mesmo na atualidade, as entidades filantrópicas ainda são instituições que constituem uma essencial fonte de serviços oferecidos aos moradores de rua.

É importante destacar duas diferenças na comparação com as formas de circulação até então descritas: a primeira é que o migrante em questão estende consideravelmente sua trajetória

no território. Em busca de trabalho admite movimentar-se em geral, na escala nacional, em períodos nos quais o mote propulsor da vida econômica seja o progresso. A segunda diferença é que sua dinâmica itinerante tem o trabalho como ponto dos trajetos definidos de acordo com as oportunidades oferecidas.

Nesse sentido, ele se diferencia da figura do mendigo descrito desde a Idade Média e que se restringia a ocupação das cidades, e para quem a prática da mendicância era uma opção mais recorrente do que o trabalho. O perfil desse migrante em particular tem sintonia com a figura do “trecheiro”¹, e está presente nas estradas brasileiras. O fato de ter o trabalho como ponto central para suas andanças não necessariamente lhes retira o estigma, mas atenua sua imagem com relação a outras formas de estar nas ruas: por isso, hoje, trabalho e honestidade ainda são virtudes que esses habitantes das ruas elegem para contrapor a mendicância nas calçadas.

Os migrantes formavam mais um perfil, somando-se aos mendigos e inválidos que percorriam as cidades no início do século XX. Magni assinala que na França, emergiu a figura do clochard, que vem do próprio meio urbano, não tem abrigo permanente e restringe sua circulação a uma pequena área, um quarteirão, na maioria das vezes. Ainda nesse período, o clochard era descrito como “um tipo folclórico, bizarro, mas sedutor, que escolhera um caminho marginal”. Sua presença reforça uma dinâmica itinerante reconhecida na figura do mendigo medieval, mas cuja trajetória se constrói pelas formas de pauperização das próprias cidades que habitam. (1994, p 19).

A quantidade de pessoas desalojadas de suas habitações nas cidades e sem renda aumentou consideravelmente, a partir da década de 1950, particularmente nos países europeus destruídos no fim da Segunda Guerra. Paralelamente aumentaram também as redes de assistência. Em países como França e Inglaterra, o estatuto social dos moradores de rua sofreu mudança. Na Inglaterra, as provisões de residência, acomodações temporárias e centros de restabelecimento passaram a ser exigidos por lei, conforme pontua Magni (1994), com a definição da Lei de Assistência Nacional, em 1948.

Na mesma Inglaterra, décadas depois, a questão é marcada fortemente como um assunto que envolve o poder nacional e autoridades locais. Na França, o morador de rua tornou-se o

representante de uma falha de solidariedade democrática e da impotência dos dispositivos assistenciais quanto a ajudar eficazmente. Magni pontua que os termos que atualmente caracterizam o fenômeno nas cidades – sans-abri, homeless, sem-teto, população em situação de rua – são frutos de uma gradual adequação da realidade desse segmento à noção de exclusão social, uma noção que emerge na década de 1970 e desde então vem sendo trabalhada em vários contextos sociais diferentes. Particularmente no caso francês, onde o tema “adquiriu preponderância e estatuto teórico, relevância e publicidade”, a noção de exclusão social tornou-se “uma nova categoria de entendimento, de classificação e estatística social destinada à ação pública”, à elaboração de políticas sociais. (1994, p. 74).

Assim, moradores de rua seriam representantes por excelência da pobreza ou da exclusão. Uma população sem habitação, sem renda, sem emprego, sem laços familiares ou territoriais, sem destino previsível. Apresentado como atemporal em seu modo de vida cotidiana, representam populações que se situam em diversas épocas históricas, à margem do sistema de organização social e fora do sistema de produção e de consumo padronizados na vida social.

Direcionando o foco de análise para a realidade brasileira, no Rio de Janeiro do início do século XX, o cronista João do Rio descreveu em tom literário as mulheres “mendigas”, as crianças pedintes, os cortiços mal-cheirosos que abrigavam, entre outros, esmoleiros, como formas de miséria que assolavam as ruas da cidade. O centro de São Paulo também era assolado pela indigência, fruto de uma crônica falência das estruturas econômico-sociais do meio urbano. A profissionalização da mendicância, as práticas de pedir e de provocar piedade, eram considerados crimes de vadiagem e resistiram às ações repressivas da polícia.

O olhar atento sobre essa realidade permite a configuração de situações, que embora apresentem especificidades, conformam uma caracterização comum à grande parte daqueles que vivenciam as ruas, nas mais diferentes cidades do país. A breve caracterização deste perfil em algumas metrópoles brasileiras, no período entre 1995 e 2005, é baseada no trabalho de pesquisa¹ realizado por Silva (2006), cujo estudo, partiu da reunião e análise de dados de oito levantamentos censitários realizados por institutos como a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e o Instituto de Assistência Social e Cidadania (Iasc), em quatro capitais

brasileiras: Porto Alegre (RS), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG) e Recife (PE). Segundo a pesquisadora, o perfil traçado é bastante próximo da realidade, pois os dados adotados têm uma metodologia bastante afinada e partiram dos mesmos pressupostos. (Silva, 2006, pp. 111 e 112).

De forma geral, Silva destaca que homens entre 25 e 55 anos, alfabetizados, com quatro a oito anos de estudo, com alguma experiência profissional, mas que perderam o emprego e os vínculos familiares e permanecem cada vez mais tempo nas ruas, constituem o perfil do morador de rua brasileiro.

Diante da análise dos números, a autora aponta que, em média, 77,87% são adultos homens. Silva destaca que a variação das pessoas em situação de rua², por sexo, não segue a tendência do censo populacional, relacionando-se muito mais com a situação do mercado de trabalho e a composição do desemprego do que com a divisão da população total das cidades por sexo. (ibidem, pp. 114 e 115). A autora verificou que a maioria dos moradores de rua, 72%, teve uma experiência de trabalho anterior à sua ida pras ruas. São relações marcadas pelo emprego precário ou desemprego prolongado. Destacam-se entre essas experiências aquelas vivenciadas nas áreas da construção civil, indústria, serviços e ocupação doméstica. Já nas ruas as relações de trabalho tornam-se ainda mais precarizadas. Silva prossegue assinalando que as pesquisas tomadas como referência apontam que, entre aqueles que sobrevivem nas ruas exercendo alguma atividade para obter rendimentos, encontram-se a prática de atividades ligadas a carros, ou seja, lavar, vigiar ou limpar pára-brisa, a coleta de materiais recicláveis e a mendicância. A autora destaca que em relação às atividades de mendicância, no Recife, corresponderam a 47,77% em 2004 e 31,72 em 2005; e, em Porto Alegre, o percentual de 18% em 1995 e com 46,50 em 1999. Diferentemente, em São Paulo, como principal atividade desenvolvida para ganhar dinheiro, apareceu a coleta de material reciclável, com 18% em 2000 e 31,50% em 2003. Silva destaca que a coleta de recicláveis apareceu com mais evidência, em Belo Horizonte, em 1998 com 15,61% e em 2005 42,80%. Enquanto em Belo Horizonte esse percentual aumentou, a autora destaca que no Recife, ao contrário, houve uma redução de 21,74% em 2004 para 17,90% em 2005. (ibidem, pp. 129 e 130).

Na busca de uma configuração do perfil contemporâneo da população de rua, Silva assinala que a escolaridade também foi abordada e destaca que, em média, 70,04% deles sabem ler e escrever e tem escolaridade entre 1ª e 8ª série do ensino fundamental. (ibidem, p. 117). Outra constatação que merece destaque foi o crescimento do número de pessoas que vivem nas ruas. Em São Paulo, entre 2000 e 2003, houve um crescimento de 19%, de 8.706 para 10.934. Enquanto isso, em Belo Horizonte, houve um crescimento de 27% em sete anos. Outro dado que também chamou a atenção aconteceu entre 2004 e 2005 na cidade do Recife. A cidade registrou um aumento de 84% da população em situação de rua. Silva assinala que a condição de trabalho da cidade do Recife se deteriorou muito no período e ficou entre as piores do país.

Além disso, a quantidade de moradores de rua provenientes da própria cidade ultrapassou o número daqueles que se originam de outras. Silva destaca que nas cidades cujos dados foram utilizados em sua pesquisa, com exceção de São Paulo, a maioria absoluta da população de rua é do próprio estado e das capitais. Em Belo Horizonte, por exemplo, em 1998, eram 60,48% de mineiros os moradores de rua, sendo 43,12% oriundos de cidades do interior e 17,36% de Belo Horizonte. Já em 2005, 77,90% são do estado de Minas Gerais, sendo que 32,64% são de Belo Horizonte e 45,26% de cidades do interior. (Silva, 2006, pp. 119 e 120). Sob esse aspecto, Silva destaca que até a década de 1980, a migração no Brasil era muito intensa. A partir de então ocorreram mudanças de produção significativas. As próprias grandes cidades é que passaram a produzir os moradores de rua.

Sobre as relações familiares, Silva aponta que somente cerca de 10% dos moradores de rua encontram-se acompanhados da família. Esse dado, segundo a autora não significa que essas pessoas não tenham família, mas que os vínculos familiares ou se encontram frágeis ou já foram rompidos definitivamente. Nesse ponto observamos que quanto maior o tempo de vida na rua maior o distanciamento com a família.

Silva alerta para o fato de que grande parte dos moradores de rua é dependente químico e não tem acesso às políticas sociais, o que agrava sua situação de vulnerabilidade. Um dos fatores que piora a situação é a tendência à naturalização do fenômeno. Diante da ausência de

pesquisas e políticas públicas, a sociedade fecha os olhos para o problema e acaba atribuindo culpa aos próprios moradores de rua. (ibidem, p.133).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desigualdade social e pobreza não são privilégios da sociedade contemporânea, mas um produto histórico que se modifica no espaço e no tempo. A população de rua, por sua vez, constitui um segmento social que expressa uma situação limite de pobreza, por mais diferente que seja a conceituação desenvolvida. Nesse sentido o morador de rua tem seu lugar social demarcado, sendo estigmatizado pela sociedade.

A população de rua é um fenômeno complexo que, embora não tenha sua origem na contemporaneidade, é intimamente agravado por algumas das principais características que conformam o mundo atual, tais como as constantes transformações políticas e econômicas, a globalização, a precarização das relações de trabalho, o desemprego, a individualização exacerbada e outras.

Assim, o fenômeno da população de rua pode ser revelador de novas significações dos espaços públicos no cenário da globalização, em que as cidades podem ser interpretadas a partir das interseções entre processos globais e locais. Trata-se de uma questão global tanto por ser fruto do processo excludente da globalização como por estar presente em diversas partes do mundo, e local por representar o produto de relações sociais e processos locais.

A vinculação entre pobreza e população de rua pode ser percebida no debate teórico de ambas as temáticas. São realidades, que de certa forma, fundem-se. A pobreza se expressa na condição de vida da população de rua e esta, por sua vez, pode ser apontada como segmento social que vivencia mais proximamente as conseqüências deste mesmo processo de empobrecimento.

Os moradores de rua apresentam uma história de sucessivas perdas: da casa, da família, do emprego, de referências e da própria identidade e auto-estima. As pessoas, famílias e grupos que ocupam e se apropriam de espaços públicos da cidade são, de maneira geral, considerados

como membros da população de rua. Entretanto, é importante ressaltar que a população que vive nas ruas tem práticas, experiências e valores relativos ao “habitar a rua”, diferenciados porque se apropriam, usam e experienciam de várias maneiras os espaços onde passam a viver. A heterogeneidade da população com vivência de rua pode então ser apreendida como resultado de visões e percepções de mundo particulares e próprias a cada tipo de relação e experiência estabelecida com o espaço público ocupado, onde são introduzidas novas formas de viver e sobreviver nas cidades, revelando um universo de valores referentes ao “mundo da rua”.

Desta forma, pensar os moradores de rua nos reporta a pensar como estes se inserem nesta categoria. São encontrados no interior de vários segmentos como: trabalhadores, migrantes, mendigos, pessoas vítimas de maus tratos, portadores de sofrimentos mentais, dependentes químicos, e outros. A rua para eles passa a ser também espaço do desenvolvimento de atividades privadas que acabam refletindo o processo de pobreza do qual são vítimas além de fundamentar um sistema de classificação espacial, cujas regras estão constantemente abertas ao debate na coletividade criada.

Buscando identificar a gênese desse fenômeno, encontramos os “vagabundos” do século XVI que, fora de um mercado de trabalho ainda em formação, perambulavam pelas ruas das cidades expostos às legislações que coíbiam sua mobilidade espacial e os situava como ameaça à sociedade nascente. Assim, identificamos na acumulação primitiva, origem da sociedade capitalista, as condições de produção e reprodução dos moradores de rua.

Perseguindo as indagações que originaram esse estudo encontramos a grande diversidade de segmentos que compõem a população de rua e, também, o grande e diferenciado arcabouço de conceitos e terminologias empregados como referência aos moradores de rua.

A população de rua expõe as contradições básicas do modo capitalista de produção: a falácia de que todos possuem iguais oportunidades e a evidência de que, embora a produção seja social, a apropriação dos ganhos é sempre individual, sendo as pessoas em situação de rua testemunhas vivas de que a exploração e a desigualdade estão no cerne deste modo de produção.

Consideramos que, além da não inserção no mercado formal, ou mesmo informal de trabalho, os moradores de rua, por seu crescimento numérico e por não possuírem as habilidades

requeridas para serem absorvidos, tornam-se “desnecessários economicamente”. Esse traço está relacionado ao fenômeno que atinge mesmo os países ricos, e que tem sido chamado de “desemprego estrutural”. Os moradores de rua, são postos à margem do processo produtivo e do circuito econômico tradicional, são, no momento, “desnecessários”. Mas, não apenas isso. Sobre eles se abate um estigma, cuja conseqüência mais dramática seria a sua expulsão da própria “órbita da humanidade”, vivenciamos um contínuo processo de desumanização, na medida em que os moradores de rua, levando uma vida considerada subumana em relação aos padrões de sociabilidade, passam a ser percebidos como indivíduos socialmente ameaçantes e, por isso mesmo, passíveis de serem eliminados.

Adotamos a hipótese de que os moradores de rua, diferentemente do lumpenproletariat clássico, tornaram-se “desnecessários economicamente”. É como se o exército industrial de reserva, ao ultrapassar determinados limites, viesse a se tornar “supérfluo”. Tanto mais que, por conta dos espantosos e contínuos avanços tecnológicos dos últimos tempos, parece consistente a hipótese de que a massa de miseráveis já não possui as qualificações necessárias para funcionar como “reserva”, da qual o setor dinâmico do capitalismo poderia lançar mão para comprimir salário. Nesse caso, como parece ocorrer no Brasil atualmente, o setor dinâmico da economia pode operar sem se preocupar com os moradores de rua que, de tão numerosos, deixaram de ser funcionais e passaram a constituir um estorvo. Trata-se de um estágio no qual segmentos que, importantes por seu número, já não têm nenhuma “importância” econômica. São os moradores de rua “sobrantes” (Iamamoto, 2000) ou mesmo “inúteis para o mundo” (Castel, 1998).

A população de rua, entendida dessa forma é um fenômeno ainda mais complexo e que guarda dimensões exatas de perversidade e barbárie. Os habitantes das ruas encontram-se em uma posição específica na sociedade contemporânea, derivada da exclusão da propriedade, do trabalho e a fragilidade das relações afetivas e sociais. Comumente são citados por políticos, acadêmicos, instituições sociais e transeuntes como a forma mais visível e extrema da pobreza. Mas, sobretudo, os moradores de rua⁴ são tidos como “fora do lugar”, desencaixados espacial e simbolicamente porque sua visibilidade é traduzida como uma ameaça às definições normativas do espaço urbano.

EXPRESSIONS OF THE SOCIAL QUESTION IN BRAZIL AND THE STREET POPULATION: NOTES FOR REFLECTION

ABSTRACT

This paper presents a modified extract of the masters dissertation "Street population in Juiz de Fora: a reflection based on the social question", defended in 2007 in the Graduate Program at the College of Social Service, Federal University of Juiz de Fora. The discussion presented is the result of a literature survey grounded in authors who discuss this subject or aspects related to it, such as Castel (1998), Marx (1984), Silva (2006), Vieira (2004) and others. The purpose of this study is to identify some expressions of social issues in contemporary Brazil in an articulated manner with its reverberations on the daily reality of those who experience the streets. Thus, pursuing the object proposed, we discussed the genesis of social issues and their expressions in contemporary Brazil in order to specify the configuration of the street population.

Keywords: Street population, social question, urban poverty.

Notas:

¹ Nomenclatura utilizada, inclusive pelos moradores de rua, para se referir aos migrantes.

² A tese de Doutorado de Silva acaba de ser publicada pela Editora Cortez nesse ano de 2009 com o título "Trabalho e população em situação de rua no Brasil".

³ A autora esclarece a opção pela terminologia: "(...) optou-se pela terminologia 'população em situação de rua', não para significar um tempo passageiro de permanência na rua (...). Mas, por considerá-la mais apropriada para significar o fenômeno e a situação para a qual são conduzidas parcelas expressivas da classe trabalhadora, em decorrência do aprofundamento das desigualdades sociais e da elevação dos níveis de pobreza produzidos pelo sistema capitalista". (Silva, 2006, p. 105).

⁴ Sob esse aspecto cabe destacar que a rua não é vista aqui como um mero logradouro. É antes considerada como um espaço urbano sobre o qual se constroem um conjunto de ações que atribuem sentidos de lugar e pertencimento, podendo estes sentidos ser múltiplos e mesmo divergentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CORRÊA, Vera. *Globalização e Neoliberalismo: O que isto tem a ver com você, professor?* Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

DRAIBE, Sonia M. (1988). *As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas*. In: Ipea/Iplan. Políticas Sociais e organização do trabalho. No. 4. Rio de Janeiro. Brasil

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Editora Global. São Paulo, 1985.

GEREMEK, Bronislaw. *Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia, 1400-1700*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1988.

_____. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

GUIMARAES, Alberto Passos. *As classes perigosas - banditismo rural e urbano*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. A questão Social no Capitalismo. *In Temporalis*. Ano II, Nº 3, janeiro a junho de 2001, ABEPSS, Brasília.

IANNI, O. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

LACERDA, Guilherme Narciso de. *Crise brasileira nos anos oitenta e governo Collor*. São Paulo: Cajá, 1993.

LEFEBVRE, Henri. O capital e a propriedade da terra. In: *A Cidade do Capital*. Rio de Janeiro: DPYA, 2001.

LESBAUPIN, Ivo (org.). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MAGNI, C. T. *Nomadismo Urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora de lugar e o lugar fora das idéias. In: *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINE, G.; CARVALHO, J. A. e ARIAS, A. R. *Mudanças recentes no padrão demográfico brasileiro e implicações para a agenda social*. Brasília: IPEA, 1994. (Texto para Discussão, n.345)

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Livro I, Cap. XXIV, p.261-294.

MATTA, Roberto da. *A casa & a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. In *Temporalis*. Ano II, Nº 3, janeiro a junho de 2001, ABEPSS, Brasília.

PEREIRA, Potyara A. P. As políticas dos anos 90: crise ou reestruturação? In: *Debates Sociais*. Rio de Janeiro: CBCISS, n.57, p.65-72, 1999.

ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2005.

RODRIGUES, José Carlos. *O corpo na História*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

SILVA, M. Lúcia Lopes da. *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005*. Dissertação (Mestrado em Política Social. Departamento de Serviço Social. Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio e Castelo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz Terra, 1982.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. *Os direitos (dos desassistidos) sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: USP, Curso de Pós-graduação em Sociologia: Ed. 34, 2001.

VIEIRA, M. A. da C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M (orgs). *População de rua- quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Hucitec, 2004.